

NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 10/03/2015 - Edição 1231

Mulheres são as principais afetadas por MP's do governo e PL 4330



Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras, organizado pela CUT, colocou em pauta o empoderamento da mulher, inclusive no movimento sindical. Encontro nacional está marcado será realizado de 27 a 29 de março

De acordo com a economista e professora da CESIT-Unicamp, Marilane Oliveira Teixeira, a classe trabalhadora e a sociedade em geral têm dois principais desafios para o próximo período: barrar o andamento do PL 4330, que flexibiliza a subcontratação e precariza indiscriminadamente o trabalho, e impedir a aprovação das medidas provisórias 664 e 665, do governo federal, que alteram negativamente direitos trabalhistas históricos e imprescindíveis. A exposição foi realizada durante o Encontro de Mulheres Trabalhadoras da CUT Brasília, realizado nessa sexta-

feira (6), no auditório da Central. O encontro debateu temas como empoderamento, igualdade, paridade, participação e poder.

Segundo a economista, atualmente, o número de trabalhadores terceirizados chega à casa dos 12 milhões. Deste grupo, cerca de 70% são mulheres. Consequentemente, a aprovação do projeto de lei 4330, do ex-deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), afetaria principalmente o público feminino, através do aumento da instabilidade empregatícia, da informalidade e outros malefícios causados pelo PL.

De acordo com pronunciamento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o PL 4330 será votado em abril. Caso o projeto seja a provado, a tendência é de que a prática da terceirização seja generalizada.

As mulheres também são os maiores alvos das MPs 664 e 665. Como efeitos, as medidas trazem a redução do acesso ao seguro-desemprego e a recursos oriundos de acidentes de trabalho, invalidez e outros. Marilane Teixeira explica que uns dos setores mais afetados com as mudanças no seguro-desemprego são o rural e o comércio, onde grande parte dos

trabalhadores atua por períodos sazonais. De acordo com a economista, o público feminino também é predominante nesses setores.

Segundo Marilane Teixeira, a economia prevista com as medidas de ajuste do caixa do governo é menos que a metade do que poderia ser economizado com a fiscalização do trabalho informal. “O recurso dessa política de ajuste representa uma redução de gastos em torno de R\$ 18 bilhões. Isso é pouco se a gente olhar para uma economia em que o PIB é de quase R\$ 4 trilhões. Se houvesse um trabalho mais intenso de fiscalização, principalmente em relação ao trabalho informal, que hoje gira em torno de 18 milhões de trabalhadores (maioria mulheres), representaria uma receita de torno de R\$ 60 bilhões, só com a arrecadação do INSS e do Fundo de garantia”, afirma.

Ataques vão

O alarde da grande mídia quanto à situação econômica do Brasil não tem base legal. De acordo com a economista Marilane Teixeira, “não vivemos um quadro de crise profunda”. “A inflação não está fora do controle. A dívida pública é uma das menores do mundo, em torno de 35%. A taxa de desemprego não ultrapassa 4,5%. Os ganhos salariais tem sido em torno de 95%”. Inflação nos últimos 10 anos não ultrapassou um dígito, e quando ultrapassou

foi de 2002 para 2003, quando atingiu 16%. Hoje é cerca de 1/3 disso e as pessoas se apavoram com isso”, constata.

Ela ainda afirma que os setores neoliberais, privatistas e elitistas, entre eles a mídia comercial, interessados na disputa por fatias do Estado, transformam os problemas econômicos em uma questão apenas de governabilidade, enquanto o mundo inteiro, até a China, passa por um período de crise.

A mulher no espaço sindical

A paridade entre gênero nos espaços sindicais é uma luta histórica das mulheres CUTistas. Trata-se de uma política para fortalecer e incentivar a participação igualitária das mulheres no mundo sindical, um direito democrático das mulheres atuarem em igualdade de condições.

“Essa participação igualitária é uma questão de justiça social e de qualidade da democracia interna. A paridade se sustenta em um princípio de justiça democrática para que o sexo não seja critério para discriminar as mulheres no acesso à política e cargos de liderança. Queremos ver mulheres atuantes nos locais de trabalho, nas direções dos sindicatos e da CUT”, afirma a secretária de Mulheres Trabalhadoras da CUT Brasília.

A sindicalista lembra que a paridade altera a naturalização de que o homem esteja sempre à frente

em lideranças e em instâncias de poder de decisão, garantindo a presença de uma massa crítica suficiente de mulheres nessas estruturas. “Aplicar a paridade, portanto, significa mudar a conformação das estruturas de poder e democratizar as práticas políticas”, afirma Eliceuda da Silva.

“Gostaria de reiterar a importância do empoderamento feminino na luta. Nós mulheres, sempre tivemos dificuldade de participar dos movimentos políticos, e isso acontece muito pela nossa própria criação, que tem mudado nos últimos anos, mas continua baseada no preceito de que devemos ser boas esposas e mãe e que os papéis de protagonização são reservados aos homens. Sair dos espaços domésticos e ir pra luta foi um grande passo”, enfatizou a ex-diretora do Sindicato dos Professores - Sinpro e da CUT Brasília, Maria Augusta Ribeiro, durante o Encontro de Mulheres Trabalhadoras da CUT Brasília.

Além de comemorar o dia internacional da mulher e reiterar a importância da luta feminista, o Encontro de Mulheres Trabalhadoras da CUT Brasília elegeu as líderes sindicais que participarão do 8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT, agendado para ser realizado de 27 a 29 de março.

Fonte: CUT Brasília

Fala CNTV

A secretária de Assuntos das Mulheres da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Elenilde Ilorca, representou a entidade no encontro realizado pela CUT Brasília, participando das discussões sobre o empoderamento político sindical da mulher. De acordo com Elenilde, o evento foi intenso e produtivo, uma vez que os temas da mesa reforçaram a importância da participação feminina nas

lutas de classe.

“A mulher permanece na luta para alcançar a paridade, inclusive no meio sindical. Caminhamos a passos lentos, mas, aos poucos, estamos conquistando novos espaços”, afirma Elenilde. A diretora da CNTV foi selecionada como delegada e representará as trabalhadoras vigilantes no Encontro Nacional das Mulheres da CUT.

Fonte: CNTV



Secretária de Assuntos das Mulheres da CNTV (esq.) representará categoria em Encontro Nacional

Presidenta Dilma sanciona Lei do feminicídio

Nesta segunda-feira (9), o Palácio do Planalto recebeu diversos movimentos feministas, sociais e democráticos para assistir a cerimônia de sanção pela presidente Dilma Rousseff da Lei do Feminicídio (8305/14), que qualifica como crime hediondo o homicídio contra a mulher praticado por questões de gênero e pune mais severamente os agressores.

Elaborado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados na última terça-feira (3), depois de ter passado pelo Senado Federal.

De acordo com a promotora do Ministério Público de São Paulo, Maria Gabriela Mansur, o Brasil é o sétimo país que mais violenta mulheres no mundo. Em 2013, uma pesquisa realizada pelo DataSenado sobre violência contra a mulher, estimou que 13 milhões e 500 mil mulheres já sofreram algum tipo de agressão. Destas, 31% ainda convivem com o agressor e 14% deste grupo sofre algum tipo de violência.

“Na maioria dos casos, a violência contra a mulher é cometida em casa, na frente dos filhos, pais e mães”, afirmou a presidenta Dilma. “Quero fazer um apelo. Desmintam categoricamente o ditado: em briga de marido e mulher não se mete a colher. A



Somada à Lei Maria da Penha, nova lei aumentará a proteção da mulher. Feminicídio agora é crime hediondo. Foto: Drielle Santos

gente mete a colher sim. Não se trata de invadir a privacidade, mas garantir que hajam padrões éticos, morais e democráticos. O Estado e a sociedade brasileira devem meter a colher sim e denunciar sempre que houver situação de violência contra a mulher”, completou a presidenta.

“Essa nova lei é muito importante porque ela aumenta a proteção da mulher. Apesar da lei Maria da Penha já ter sido muito importante para a redução dos casos de violência contra a mulher, ainda faltava alguma coisa. A lei do feminicídio veio para complementar a Maria da Penha e ajudar a punir os violadores com mais justiça e pontualidade. A presidenta Dilma tem se dedicado

muito na promoção de políticas para as mulheres e seu governo tem mudado essa realidade a cada dia”, afirma a dirigente da CUT Brasília, Louraci Moraes.

Dilma Rousseff pontuou ainda as causas desse tipo de violência que, segundo ela, tem suas raízes na intolerância e no preconceito. “Existem brasileiros que acham essa lei abusiva, assim como existem pessoas que acreditam que não há racismo no Brasil. Essa visão de mundo não é real. Infelizmente, existe racismo no Brasil sim, assim como existe violência contra a população LGBT. O Brasil não deve aceitar jamais ser a terra da intolerância e do preconceito”, afirmou a presidenta.

Dilma lembrou ainda que as políticas de empoderamento feminino adotadas nos últimos anos garantiram autonomia e poder para as mulheres mais vulneráveis. De acordo com a presidenta, as mulheres são as principais beneficiadas com os programas sociais do governo, pois é em seu nome que preferencialmente os benefícios são protocolados.

“Todas nós juntas seremos capazes de enfrentar a violência”, afirmou a presidenta.



Fonte: CUT Brasília

Fala CNTV

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), representada pela secretária de Assuntos das Mulheres, Elenilde Ilorca, e pela diretora da entidade, Thiana Santana, reconhece a importância da lei sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff e luta pelo fim da violência à mulher. Hoje, o Brasil ocupa o 7º lugar no ranking mundial de assassinato de mulheres e não podemos compactuar com essa triste realidade.

Para Elenilde, a lei que tipifica o feminicídio como crime hediondo é uma importante conquista legislativa que ampliará a proteção das

mulheres. “Por ser uma categoria predominantemente masculina, a CNTV vem atuando para garantir cada vez mais a participação das mulheres em seus quadros. Ter o feminicídio como crime hediondo, nos mostra que estamos lutando por uma causa importante para todas as mulheres do país, que devem ter sua integridade mantida, independente de qualquer coisa”, declara Elenilde.

Thiana Santana, diretora da CNTV e 2ª secretária Geral do Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF), apoia as políticas públicas desenvolvidas pelo governo Dilma, que têm

sido eficazes para o combate e enfrentamento da violência contra a mulher.

“A Lei do Feminicídio, somada à lei Maria da Penha, fortalece a luta contra a violência. Nós, mulheres vigilantes, que enfrentamos a violência pública e privada no exercício da função e que muitas vezes sofremos desrespeito e violências psicológicas e físicas por questões de gênero, vemos essa lei como necessária e de extrema importância, que nos dará mais segurança e respeito como cidadã e profissional”, afirma Thiana.

Fonte: CNTV

Prosecur poderá ser multada em R\$ 20 mil por dia

Após denúncia do SindForte/RN, contra a Prosecur, o Ministério Público instaurou um procedimento para investigar a empresa. Fez requerimento à Superintendência do Trabalho e Emprego para que os Auditores do Trabalho fossem *in loco*, fazer a fiscalização.

Ao chegarem na empresa, encontraram várias irregularidades, dentre elas a supressão dos intervalos de intrajornada; trabalhadores com mais de 8 dias sem folga; escalas exaustivas de trabalho, podendo chegar a 18 horas diárias; prorrogação da jornada dos trabalhadores que cumprem escala de 12x36; dentre outros direitos que estavam sendo negados aos trabalhadores.

Foram feitos vários autos de Infração pela SRTE/RN, e, com todas as provas, o MPT entrou com uma Ação Civil contra a Prosecur, em 11 de dezembro de 2014, pedindo R\$ 15 milhões por danos morais coletivos. Depois de analisar a petição, o Juiz do Trabalho, Manoel Medeiros, permitiu a antecipação de tutela, para que a empresa imediatamente conceda aos seus trabalhadores o

seguinte:

NÃO PRORROGAR a jornada de trabalho dos seus empregados de forma habitual e em desobediência ao limite legal de duas horas diárias (art. 59 da CLT), quando contratados para jornadas de trabalho de 6 (seis) a 8 (oito) horas diárias; **NÃO PRORROGAR** a jornada de trabalho dos seus empregados que laboram na jornada 12x36, não exigindo horas extras de empregados que já laboram nesse regime de compensação de jornada de trabalho; **CONCEDER**, às empregadas do sexo feminino, quando houver necessidade de prorrogação da jornada de trabalho não superior a duas horas diárias, no regime de trabalho de 6 (seis) ou de 8 (oito) horas diárias, um intervalo de 15 (quinze) minutos, antes do início da prorrogação da jornada de trabalho, nos termos do art. 384 da CLT;

CONCEDER, a todos os seus empregados, o intervalo intrajornada (art. 71, caput e § 1º, da CLT); **CONCEDER**, a todos os seus empregados, o intervalo interjornada de, no mínimo, 11 (onze) horas consecutivas

para descanso (art. 66 da CLT); **CONCEDER**, a todos os seus empregados, o repouso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro horas consecutivas) exatamente após o 6º (sexto) dia consecutivo de trabalho; **CONCEDER**, aos empregados que laboram na jornada especial de 12 x 36, as 36 (trinta e seis) horas de descanso após as 12 (doze) horas consecutivas de trabalho; **ORGANIZAR ESCALAS DE REVEZAMENTO** de empregados que trabalham sob o sistema 12x36, garantindo, na organização das escalas, que o repouso semanal remunerado coincida, ao menos uma vez ao mês, com o domingo, em se tratando de empregados do sexo masculino, e coincida quinzenalmente com o domingo, em se tratando de empregadas do sexo feminino, nos termos do art. 386, da CLT; **NÃO UTILIZAR** empregados de um posto de trabalho em outro, de modo a suprimir-lhes os intervalos inter e intrajornada e o descanso subsequente às 12 horas trabalhadas; **REALIZAR** os exames médicos admissionais, periódicos, de mudança de função, de retorno ao trabalho e

demissionais dos seus empregados, observando as determinações da Norma Regulamentadora nº 07, do Ministério do Trabalho e Emprego; EMITIR a Comunicação de Acidente de Trabalho, nos casos em que haja suspeita de doenças relacionadas ao trabalho, nos termos do artigo 169 da CLT,

artigos 22 e 23 da Lei nº 8.213/91 e artigo 134 do Decreto nº 2.172/97; REGISTRAR a jornada de trabalho dos seus empregados, com Registrador Eletrônico de Ponto, nos termos da Portaria nº 1.510/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego.

A empresa terá 30 dias para

regularizar a situação. Em caso de descumprimento qualquer uma das obrigações acima relacionadas incidirá multa diária de R\$20.000,00.

Separados somos fracos, mas unidos somos imbatíveis!

Fonte: Sindforte/RN

Para impedir retrocessos, defender os direitos da classe trabalhadora, a Petrobrás, a democracia e a reforma política

13 de Março é Dia Nacional de Luta em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora, da Petrobrás, da Democracia e Reforma Política, Contra o Retrocesso. A data foi escolhida porque já havia sido apontada como dia de mobilização pelos petroleiros representados pela FUP.

Segundo a Central, a mobilização quer fazer frente aos ataques especulativos e políticos que recaem sobre a Petrobrás, reiterar a necessidade de derrubar as MPS 664 e 665 apresentadas pelo governo Dilma no final do ano passado, que restringem direitos trabalhistas como seguro-desemprego e auxílio-doença, já em vigor, e para demover os setores golpistas da ideia de interromper o mandato presidencial conquistado nas urnas e nas ruas.

A preparação dos atos do dia 13 vem em ritmo crescente. Uma das principais demonstrações de mobilização pré-13 de março vem do Paraná, onde os trabalhadores e trabalhadoras da educação pública estadual construíram uma forte greve, iniciada em 2 de fevereiro. O movimento conquistou o apoio de amplos setores da sociedade, amechou adesão de todas as categorias do funcionalismo e fez grandes protestos de rua, como o que reuniu mais de 50 mil pessoas

na capital Curitiba no dia 25 de fevereiro.

No dia 2 de março, coerente com sua tarefa política em defesa dos interesses dos trabalhadores, a CUT participou com as demais centrais de atos diante de sedes das Superintendências Regionais do Trabalho, reiterando a cobrança para que as MPs 664 e 665 sejam retiradas.

Ato no Rio

O ato no Rio será na Cinelândia a partir das 15h. O tom do dia 13 de março foi dado também, em grande parte, pelo ato “Defender a Petrobrás é Defender o Brasil”, convocado e organizado pela CUT e pela FUP, na noite de 24 de fevereiro, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Rio de Janeiro.

Participaram lideranças sindicais cutistas de diferentes ramos de atividade e regiões do Brasil. Trabalhadores da Petrobrás imprimiram a cor laranja de seus uniformes na plateia. Intelectuais, artistas, jornalistas, escritores e lideranças políticas e de movimentos sociais também levaram apoio.

Naquela noite, importantes dirigentes, como o ex-presidente Lula e o líder do MST João Pedro Stédile anunciaram participação

nas mobilizações de 13 de março. “Em nome não só do MST, mas de todos os movimentos organizados do campo, eu afirmo aos petroleiros: marcharemos com vocês para o que der e vier”. Stédile completou: “Temos de voltar às ruas no dia 13 de março para mostrar que a Petrobrás é nossa e ninguém tasca”.

Antes de encerrar sua fala, o líder sem-terra convocou Lula à participação. “Lula, o povo quer te ver nas ruas”. Lula confirmaria depois: “Vagner, se você me convidar, eu vou participar”, dirigindo-se ao presidente nacional da CUT, Vagner Freitas.

Vagner, ao falar à plateia que lotou o auditório, resumiu o espírito das mobilizações e do momento político: “Estamos vivendo um enfrentamento de classes, nunca tiram isso da vista de vocês”.

Coordenador-geral da FUP, José Maria Rangel traduziu o sentimento evocado pelo ato: “Temos de ter orgulho de ser Petrobrás”.

Outros estados

- Em São Paulo, o ato será na Avenida Paulista, 901 a partir das 16h.

- Em Curitiba, será na Praça Santos Andrade, marcha até a

Boca Maldita, a partir das 17h.

- Em Belém, Praça da Republica, 15h.

- Em Florianópolis, em frente à Catedral, a partir das 14h.

- Em Belo Horizonte, concentração na Praça Afonso Arinos, a partir das 16h.

- Em Brasília, será às 17h, na Rodoviária.

- Em Fortaleza, Concentração na Praça da Imprensa, a partir das 8h, depois segue até a Assembleia Legislativa.

- Em João Pessoa, em frente ao Cassino da Lagoa, a partir das 15h.

- Em Salvador, em frente ao

prédio da Petrobrás, às 7h.

- Em Recife, Concentração a partir das 7h no Parque 13 de Maio, depois segue para Av Guararapes.

- Em Maceió, concentração na Praça Sinimbu, às 9h, depois caminhada até a Assembleia Legislativa.

- Em Campo Grande, será na Praça do Rádio, às 9h.

- Em Goiânia, no Coreto da Praça Cívica, a partir das 10h.

- Em Teresina, na Praça da Liberdade, 15h.

- Em Natal, em frente à Catedral, às 16h.

- As outras capitais ainda estão

definindo o local e o horário do ato.

Bandeiras de luta do dia 13

- A defesa da Petrobras, contra a privatização da estatal que corresponde a 13% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

- Pelo Plebiscito Constituinte para a reforma do sistema político e contra o financiamento privado de campanha eleitoral.

- Pelo fim das Medidas Provisórias (MP's) 664 e 665, que alteram direitos da classe trabalhadora.

Fonte: CUT



EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS D@S TRABALHADOR@S

#13 MAR
FB.COM/CUTBRASILIAOFICIAL
www.cutbrasil.org.br

Tomada da Rodoviária,
concentração com Assembleia Popular às 14h na CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico: Anibal Bispo

Diagramação: Joanna Alves



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF